



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Riscos para a segurança dos edifícios antigos de Macau e implementação da política de intervenção, por iniciativa própria, para garantir a segurança dos residentes

Nos últimos dias, registaram-se nas regiões vizinhas vários casos de desprendimento de reboco de cimento que quase atingiram transeuntes, o que despertou, mais uma vez, a atenção da população de Macau para a segurança dos edifícios antigos. Com o aumento da vetustez dos edifícios, são inevitáveis os diversos problemas decorrentes disso e os casos de desprendimento de reboco de cimento por falta de conservação, colocando os peões em risco. Em Macau, o desprendimento de reboco e a queda de tijolos após a passagem de tufões não é novidade para ninguém. Existem em Macau mais de 5000 edifícios antigos com mais de 30 anos, cujas fachadas apresentam diferentes graus de desgaste, algumas delas com fendas, etc., o que constitui um grande perigo para a segurança pública.

Apesar de os edifícios onde moram estarem quase todos “desfeitos”, os condóminos continuam a assumir uma atitude de “transformar o muito grave em menos grave, para poderem desleixar-se” e até ignorar o assunto. Os proprietários, especialmente os mais velhos, não têm muita consciência sobre a protecção da segurança dos edifícios. Para fazer face a esta situação, o Governo deve desenvolver acções de divulgação, isto é, deve, através da coordenação com os diversos serviços públicos, organizar várias palestras na comunidade, para sensibilizar os cidadãos sobre as responsabilidades civis ou até criminais dos proprietários pelos danos, mortos e feridos, causados pela falta de conservação dos edifícios, a fim de incentivar os proprietários a iniciarem os trabalhos de manutenção, concretizarem os trabalhos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de inspeção e tomarem a iniciativa de se candidatarem ao Fundo de Reparação Predial, em prol do aumento da atenção da população sobre a importância da manutenção dos edifícios e a premência da sua reparação atempada. Tendo em conta os riscos de segurança causados pela falta de conservação dos edifícios, para além de ajudar os residentes nos trabalhos de avaliação dos riscos dos edifícios e de identificação atempada dos “edifícios em perigo eminente de ruína”, o Governo deve ainda alertar os empreiteiros para assegurarem a qualidade das obras, para não só reforçar a estrutura dos edifícios, mas também reduzir a pressão das obras de reparação urgentes, devido à frequente danificação das instalações.

Sob o pressuposto do respeito pelos proprietários e pelos seus direitos de propriedade, o Governo deve exercer o devido controlo, isto é: adoptar soluções construtivas que visem exortar os cidadãos a procederem à inspeção dos edifícios, salientando que os proprietários têm a responsabilidade de reparar os seus bens imóveis e não devem menosprezar o dever de reparação dos edifícios; em caso de incumprimento da inspeção do edifício por parte dos proprietários, deve executar atempadamente os procedimentos legais, no sentido de garantir a segurança do edifício e evitar a ocorrência de acidentes que possam causar mortes ou ferimentos; e reforçar a aplicação da lei e descobrir os edifícios que apresentam “perigo imediato”, antes de haver lugar a incidentes irreversíveis. Como diz o ditado: “Mais vale prevenir do que remediar”. Desde que o Governo esteja disposto a incentivar os proprietários a dar um passo em frente, pode então evitar-se que essas bombas-relógio afectem a segurança dos peões inocentes.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e completa, sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. O Governo da RAEM dispõe de alguma calendarização para a execução do plano de inspecção geral dos riscos de segurança dos edifícios com mais de 30 anos? Vai actualizar, a curto prazo, a respectiva base de dados, classificando os edifícios com base nos dados mais actualizados? Vai atribuir-lhes ainda uma ordem de prioridade, para os serviços responsáveis poderem executar, de imediato, as respectivas acções coercivas, a fim de garantir, ao máximo, a segurança dos cidadãos?

2. Quanto aos proprietários que não efectuem a inspecção periódica aos seus edifícios, as autoridades enviam-lhes cartas solicitando que procedam à avaliação dos riscos. Para além disto, de que mecanismos dispõem as autoridades para reforçar a execução da lei e a sua eficácia? Vão ainda tomar a iniciativa de intervir no tratamento dos casos de edifícios em risco, a fim de evitar acidentes graves e tragédias sociais?

3. Para além dos apelos aos proprietários para requererem apoio financeiro do Fundo de Reparação Predial, de que medidas e soluções administrativas dispõem as autoridades para simplificar as formalidades de inspecção dos edifícios? Vão ainda proceder ao “arranjo” das informações sobre a situação actual dos edifícios de Macau, com vista a proporcionar medidas mais adequadas aos proprietários e aumentar a iniciativa dos cidadãos na protecção dos edifícios?

7 de Setembro de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Che Sai Wang